

Roberto Gomes Camacho;
Erotilde Goreti Pezatti;
Danytiele Cristina Fernandes de Paula
(Universidade Estadual Paulista – UNESP
Câmpus de São José do Rio Preto)
Carolina Cau Sposito Ribeiro de Abreu
(Instituto Federal do Sul de Minas/Passos
IFSULDEMINAS)

Transparência linguística

ABSTRACT: This paper aims at treating the concept of transparency, as opposed to opacity, understood not as the predictable character of the meaning from the form, which identifies the notion of iconicity, but as the amount of meanings expressed by forms. While in an iconic relation the language structure reflects in some way the structure of experience, in a transparent relation what occurs is isomorphism, i.e. a one-to-one relationship between the units of meaning and form, as understood by Functional-Discourse Grammar (Hengeveld; Mackenzie 2008) and, more particularly, by Hengeveld (2011), Leufkens (2015) and Hengeveld & Leufkens (forthcoming).

KEYWORDS: Typology; Transparency; Opacity; Iconicity; Isomorphism.

RESUMO: O objetivo deste texto é o tratamento do conceito de transparência, em oposição ao de opacidade, entendido não como o caráter previsível do significado a partir da forma, que identifica a noção de iconicidade, mas como a quantidade de significados expressa pelas formas. Enquanto numa relação icônica, a estrutura da língua reflete de alguma maneira a estrutura da experiência, numa relação transparente, ocorre isomorfismo, ou seja, uma relação biunívoca entre as unidades de significado e as unidades formais, conforme entendida pela Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie 2008) e, em particular, Hengeveld (2011), Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (inédito).

PALAVRAS-CHAVE: Tipologia; Transparência; Opacidade; Iconicidade; Isomorfismo.

Introdução

Tão antigo na longa tradição linguística, o princípio da arbitrariedade ou da motivação do signo é uma questão que permeia todas as teorias que se propõem a investigar a linguagem. Com efeito, desde o século IV a C., com o diálogo *Crátilo* de Platão, discute-se se a representação linguística tem por base um sistema de símbolos arbitrários ou se as palavras têm uma relação intrínseca e motivada com as coisas que significam.

Foi possivelmente da água dessa fonte que Saussure (1977[1916]) bebeu para enunciar o princípio da arbitrariedade e da motivação relativa, que constitui a base de qualquer discussão prévia do tema. Enquanto objetos de motivação, os signos teriam seus significados respectivos perfeitamente previsíveis nos próprios significantes. Relacionadas a esse assunto, estão as noções de iconicidade e isomorfismo, que, assentadas nas relações possíveis entre forma e significado, são todas contrárias à ideia de arbitrariedade.

Numa relação icônica, a estrutura da língua reflete de alguma maneira a estrutura da experiência de modo a ser possível prever o significado a partir da forma. Num sentido mais restrito, a iconicidade, entendida como iconicidade diagramática ou motivação icônica por Haiman (1980: 515), tem sido discutida extensivamente por Haiman mesmo (1985), Givón (1985), Croft (2003), Haspelmath (2008) e muitos outros linguistas.

Neste artigo, em que se discute transparência, essa propriedade diz respeito à quantidade de significados e formas e não exatamente ao caráter previsível do significado a partir da forma, que identifica a noção de iconicidade ou motivação. Nesse caso, o conceito de transparência fornecido pela Gramática Discursivo-Funcional (GDF) e, em particular, por Hengeveld (2011), Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (inédito), e que também adotamos aqui, não é o de iconicidade, mas o de isomorfismo, que se traduz por uma relação biunívoca entre as unidades de significado e as unidades formais. Conforme veremos adiante, Moura (2015) prefere rotulá-lo como Princípio da Uniformidade.

O postulado fundamental, subjacente aos princípios de iconicidade e isomorfismo, é o de que algo na forma, na estrutura da língua, reflete a estrutura da realidade, isto é, nossos pensamentos refletem nossa percepção de entidades, estados, eventos etc., e essa percepção está representada na língua (Givón 1985: 191). O tratamento da transparência linguística requer o resgate dessas noções essenciais para a compreensão do que se entende por uma relação transparente ou opaca. É o que nos propomos a fazer aqui.

Para tanto, este trabalho se organiza em duas seções: a seção 1 trata mais detalhadamente do conceito de transparência, ao refazer o percurso dos estudos funcionalistas, partindo da noção de iconicidade para a relação um-para-um entre forma e função que identifica a relação de isomorfismo e, paralelamente, a de transparência; a seção 2 discute o modelo teórico aqui adotado, a Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), cuja organização em níveis e camadas permite abrigar satisfatoriamente as relações de transparência; fecham o texto as Considerações Finais, que trazem algumas generalizações tipológicas sobre o princípio de transparência.

1. O princípio de transparência e o isomorfismo

Em oposição ao princípio saussuriano de arbitrariedade do signo (Saussure 1977[1916]), Givón (1985) postula o Princípio de Iconicidade. A iconicidade, ao contrário da arbitrariedade, consiste na correspondência entre forma e significado, presente no sistema gramatical das línguas, o que significa ser possível afirmar que o funcionalismo busca, nos condicionamentos cognitivos e discursivos particulares de cada momento da interação, a justificação para a forma da expressão linguística utilizada.

Vale ressaltar que o Princípio de Iconicidade não é um universal absoluto, tampouco uma regra categórica do funcionamento linguístico. Ele representa, na verdade, uma preferência do falante na interação, que, conseqüentemente, afeta a determinação da expressão linguística em relação ao significado; essa preferência ocorre, por exemplo, quando, na codificação morfosintática, causas precedem efeitos numa relação hipotática.

Leufkens (2015) entende ser possível interpretar a noção de iconicidade de duas maneiras. Em sentido mais restrito, refere-se à previsibilidade de um significado a partir de sua forma, ou seja, se uma forma é icônica, pode-se inferir seu significado (ou parte dele) a partir de sua forma fonológica, caso, por exemplo, das onomatopeias, em que o som da palavra parece imitar o significado pretendido. A maioria das expressões linguísticas, no entanto, não é icônica, em função de ser, por princípio, arbitrária a relação entre forma e significado. É interessante aqui observar que, nesse sentido, muitas vezes as palavras *iconicidade* e *transparência* são tratadas como sinônimas: caso seja possível depreender o significado da forma, a relação é transparente.

Em sentido mais amplo, a iconicidade é referida por Haiman (1980) como “iconicidade diagramática” ou “iconicidade de motivação”. Segundo o autor, “a estrutura da língua reflete diretamente algum aspecto da estrutura da realidade” (Haiman 1980: 515).¹ Em termos práticos, ao fazer referência a várias entidades, a expressão linguística se apresenta no plural; por esse tipo de iconicidade, espera-se, em consequência, que se selecione uma palavra mais longa do que a que se refere a uma única entidade no singular. Haspelmath (2008) intitula tal fenômeno como Iconicidade de Quantidade. Esse postulado deve ser, entretanto, relativizado, pois, em línguas, como o inglês, que dispõem de plurais irregulares, a dimensão do significante não está diretamente relacionada diagramaticamente à quantidade, como *man* (homem) e *men* (homens).

Nessa mesma linha, Greenberg (1966: 103) já discutia um tipo de fenômeno da iconicidade diagramática, o que é denominado por Leufkens (2015) como “iconicidade de sequência”, segundo a qual a expressão linguística reflete formalmente a mesma ordem de ocorrência dos eventos de um modo tal que as categorias morfosintáticas refletem diretamente as semânticas. Cabe, todavia, destacar que o princípio de transparência postulado pela GDF diz respeito à relação quantitativa entre significado e forma, e não à previsibilidade do significado a partir da forma, como nas concepções de iconicidade tratadas até aqui.

O termo “relação um-para-um”, empregado por Leufkens (2015) na definição de transparência, faz referência às noções algébricas de homomorfismo e isomorfismo. Segundo a autora, ocorre homomorfismo quando as unidades de algum conjunto são estruturalmente idênticas às unidades de outro conjunto, e isomorfismo, quando é bidirecional a relação entre dois conjuntos (Leufkens 2015), o que sugere, portanto, biunivocidade.

Linguisticamente, ocorre isomorfismo quando as unidades de um nível de organização como, por exemplo, o semântico, sempre correspondem ao mesmo número de unidades de outro nível como, por exemplo, o morfosintático. Dito de outro modo, o isomorfismo é definido como a correspondência de um-para-um entre forma e significado e, nesse sentido, fenômenos como sinonímia e homonímia constituem violações a essa correspondência.

¹ Cf. o original: *the structure of language directly reflects some aspect of the structure of reality.*

Givón (1985: 188), por seu lado, define isomorfismo como uma conexão não arbitrária, motivada, entre o código (estrutura) e o significado (função) na língua. Nessa concepção, iconicidade deve pressupor isomorfismo, de um modo tal que um código icônico seja isomorficamente construído. Para o autor, o isomorfismo não é a motivação ou a explicação da iconicidade, mas uma parte necessária de sua definição. Nesse caso, uma experiência codificada é mais facilmente armazenada, recuperada e comunicada, se o código for maximamente isomórfico com a própria experiência. Por essa razão, destaca Leufkens (2015), nem isomorfismo nem iconicidade é exatamente o mesmo que transparência.

A discussão dos conceitos de isomorfismo e homomorfismo é complexa, permeada por questões matemáticas e linguísticas que não aprofundaremos aqui. Apenas observamos, por fim, que os estudos antigos sobre arbitrariedade e iconicidade representaram a porta de entrada para a compreensão da transparência das línguas e sua consequente contribuição para diversos estudos linguísticos, conforme veremos a seguir.

Ao contrário do que defendem muitos funcionalistas, Moura (2015) afirma que as línguas não são transparentes, estabelecendo, como base, o Princípio da Uniformidade, sustentada por ele como uma relação biunívoca entre forma e significado. Esse princípio, um novo rótulo para *isomorfismo*, perpassa a história recente da linguística, assumindo diferentes roupagens de acordo com os diferentes modelos teóricos.

Uma formulação precisa da posição estruturalista encontra-se em Bloomfield (1984: 145 *apud* Moura 2015: 11): “Nosso postulado fundamental implica que cada forma linguística tenha um significado constante e específico”.² Essa afirmação pressupõe que duas formas com diferentes significados não são exatamente idênticas. Uma homonímia como a palavra *manga*, entendida como parte do vestuário e como uma fruta, são formas diferentes, ainda que idênticas foneticamente.

Entende Moura (2015) que a postulação do Princípio da Uniformidade conduz a três outros princípios dele derivados: (i) o Princípio da Independência da Forma afirma que a ligação entre forma e significado se dá sem a intermediação de um contexto; (ii) o Princípio da Preservação do Significado postula que, se não houver mudança da forma, não haverá mudança do significado associado à forma; (iii) o Princípio da Não Sinonímia afirma que alterações da forma levam a alterações do significado (Moura 2015: 11).

Culicover e Jackendoff (2005: 47 *apud* Moura, 2015: 15) resumizam a questão, afirmando que, para a gramática gerativa, “a interface sintaxe-semântica é maximamente simples na medida em que o significado se projeta transparentemente na estrutura sintática; e é maximamente uniforme de modo que o mesmo significado se projeta na mesma estrutura sintática”.³ Segundo Moura (2015), uma simples substituição de “estrutura sintática” por “forma”, no enunciado acima, levaria à mesma expressão do Princípio da Uniformidade cunhado pelos estruturalistas.

² Cf. o original: *Our fundamental assumption implies that each linguistic form has a constant and specific meaning.*

³ Cf. o original: *the syntax-semantics interface is maximally simple, in that meaning maps transparently onto syntactic structure; and it is maximally uniform, so that the same meaning maps onto the same syntactic structure.*

Lightfoot (1979: 121), por seu lado, propõe um Princípio de Transparência, também em termos gerativistas, que requer derivações minimamente complexas e estruturas subjacentes próximas de suas respectivas estruturas superficiais. É esse princípio que, segundo Lightfoot, guia a reanálise sintática, sendo, portanto, um fator relevante para a mudança: a variação linguística muda as relações de biunivocidade entre forma e função, tornando as línguas (mais) opacas; a mudança tem o efeito de proceder a uma alteração “terapêutica”, recuperando novamente as estruturas transparentes.

No funcionalismo, o Princípio da Uniformidade, que, como vimos na seção anterior, recebe o nome específico de *isomorfismo* (Haiman 1985; Du Bois 1985; Croft 2003), explica a natureza icônica e diagramática da linguagem, já discutida anteriormente. Ao comparar a linguagem com um diagrama, Haiman (1985) pretende transferir a representação motivada e isomórfica de um dado referente, funcionando como um ícone daquilo que representa, para o âmbito da linguagem.

Na analogia entre diagrama e linguagem, Haiman (1985) postula ser uma língua natural uma tentativa de reprodução formal não propriamente da realidade, mas de nossa representação da realidade. O elemento chave é o significado, já que, como afirma Moura (2015), é ele que faz a transição entre a forma do signo e a denotação. A forma dos signos, que é, por natureza, isomórfica em relação ao significado, é que permite representar a realidade.⁴

A natureza icônica da linguagem, assim definida, conduz, logicamente, ao Princípio da Não Sinonímia nessa perspectiva funcional. Assim, se uma língua é dotada de duas construções parecidas, como a ativa e a passiva, elas são não sinônimas entre si. Haiman (1985) dá o nome de Hipótese Isomórfica ao que Goldberg (1995) denomina de Princípio da Não Sinonímia, segundo o qual formas diferentes acarretam sempre uma diferença de função comunicativa (Haiman 1985: 14).

Croft (2003), por sua vez, distingue o isomorfismo paradigmático, que são projeções de significado e forma no léxico, do isomorfismo sintagmático, que são projeções de significado e forma na gramática. Para Croft (2003), o isomorfismo é um aspecto da noção mais abrangente de iconicidade, uma visão que se opõe à de Itkonen (2004: 21), que não admite a existência de uma relação hierárquica entre os dois conceitos. Para Itkonen (2004), a iconicidade reflete similaridade estrutural entre realidade extralinguística e língua, enquanto a noção de isomorfismo se refere ao princípio de que a cada significado corresponde uma forma, que Leufkens (2015) entende ser, como vimos, a definição mais adequada de transparência.

Moura (2015) sustenta a hipótese de que nenhuma razão de natureza teórica ou descritiva esteja na base do Princípio da Uniformidade. A perspectiva funcional-cognitiva que adota não conduz necessariamente ao Princípio da Uniformidade, o que o leva a não aderir à visão dominante do funcionalismo, que exclui as relações não isomórficas de sinonímia e redundância, fenômenos que violam a transparência, como veremos mais adiante em Leufkens (2015).

⁴ Numa relação icônica entre significado e forma, a estrutura da língua reflete de algum modo a estrutura da experiência. Casos exemplares, já discutidos anteriormente, são a iconicidade de quantidade e a iconicidade de sequência (Greenberg 1966: 103).

Ao sustentar essa tese, Moura (2015) talvez pretenda afastar-se de teorias funcionalistas mais radicais, que postulam ser a forma final de toda e qualquer expressão linguística motivada por princípios pragmáticos ou semânticos. Teorias funcionalistas mais moderadas, dentre as quais se inclui a GDF, postulam, no entanto, a existência de formas autônomas, ou seja, de processos de codificação sintática, morfológica e fonológica não necessariamente ativados por nenhum tipo de motivação pragmática ou semântica.

É com base nessa linha menos radical que Langacker (1977) vê, no conceito de transparência, uma categoria relacionada ao grau de otimidade. A mudança linguística sempre provoca a otimização de uma categoria à custa de outras, tornando mais simples a estrutura gramatical. Nessa mesma linha, Bybee (1985) situa o princípio de correspondência biunívoca no contexto morfológico, algo próximo do princípio de otimidade de Langacker (1977). Defende a autora não apenas que essa relação pode representar intuitivamente o modo mais econômico de exprimir significado, mas também o teor potencialmente explanatório das violações possíveis, na medida em que elas desencadeiam um efeito positivo na comunicação.

Em outros termos, para Bybee (1985), os casos característicos de morfologia não transparente – fusão, alomorfa e morfema zero – devem ser vistos não como desvios, mas como o resultado natural de outros princípios comunicativos igualmente funcionais que sobrepujam o de transparência. Essa visão aproxima Bybee do paradigma das motivações em competição em companhia de Du Bois (1985) e mesmo Croft (2003), que veem nas formas linguísticas o resultado de um processo de variação, competição e seleção.

O próprio Haiman (1985) defende a existência de uma correlação inversamente proporcional entre transparência (ou iconicidade por isomorfismo) e economia, por exemplo, centrando o foco em fenômenos de concordância, redundância e fusão, para considerá-los o resultado do conflito entre transparência e economia. Recorde-se que Haiman (1985) postula inclusive que, ao tornar sintéticos os processos analíticos, a mudança morfofonológica obscurece relações biunívocas entre forma e significado.

Tendo discutido o princípio de transparência em relação ao de iconicidade, passemos, na seção seguinte, a descrever o modo como a organização em níveis e camadas da GDF abriga as relações de transparência, entendidas, conforme visto aqui, como relações de isomorfismo.

2. A transparência na Gramática Discursivo-Funcional

A GDF fornece um conjunto de primitivos pragmáticos, semânticos, morfofonológicos e fonológicos, bem como uma arquitetura que estabelece uma relação entre esses primitivos, que contempla o princípio de adequação tipológica (Leufkens 2015), um traço caracterizador do modelo que remonta à Gramática Funcional (Dik 1997a; 1997b). Esse modelo é entendido como uma estrutura modular, com uma organização descendente da formulação do discurso para a codificação por considerar que a construção de expressões linguísticas se inicia na intenção do Falante e termina na articulação, conforme representado na Figura 1.

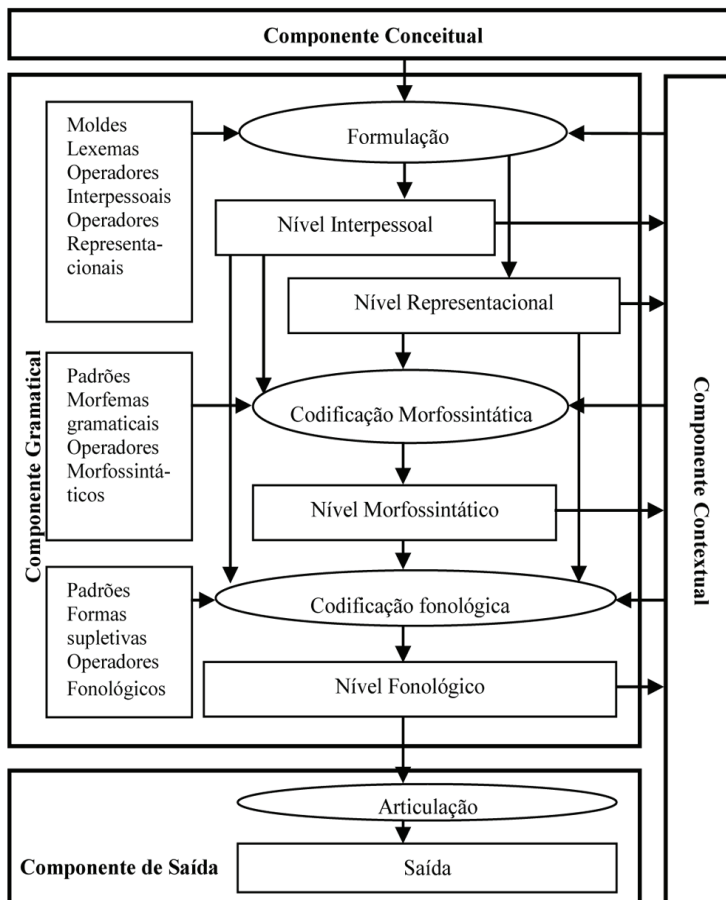


Figura 1: Arcabouço Geral da GDF
(adaptado de Hengeveld; Mackenzie 2008: 13)

A construção de um enunciado se inicia no componente conceitual, a força motriz por trás do componente gramatical como um todo, que é responsável tanto pela intenção comunicativa relevante para o evento de fala corrente, quanto pelas conceptualizações referentes a eventos extralinguísticos. O componente contextual contém a descrição do significado e da forma do discurso precedente, do cenário real perceptível em que o evento de fala ocorre, bem como as relações sociais entre os participantes. Esse tipo de informação é relevante para muitos processos gramaticais. O componente de saída gera as expressões acústicas ou de sinais com base nas informações formuladas em unidades de significado pragmático e semântico e codificadas em unidades formais de natureza morfossintática e fonológica, dadas pelo componente gramatical. A função do componente de saída é, portanto, a de traduzir a informação digital da gramática em uma forma analógica. Assim, a GDF parte da perspectiva da produção linguística, concentrando-se no componente gramatical.

Na operação de formulação, a mensagem pré-linguisticamente construída se converte nos primitivos dos dois níveis mais altos, o nível interpessoal (NI) e o nível representacional (NR). Na operação de codificação, os primitivos dos dois níveis envolvidos na formulação se convertem em primitivos dos dois níveis mais baixos, o morfossintático (NM) e o fonológico (NF): a codificação morfossintática converte unidades de significado em unidades morfossintáticas, e a codificação fonológica converte as unidades morfossintáticas em unidades fonológicas. Desse modo, as configurações dos NI e NR se traduzem em estruturas morfossintáticas no NM. Similarmente, as estruturas dos NI, NR, NM se traduzem em estruturas fonológicas no NF. Esse, por sua vez, é a entrada para a operação de articulação, que, no caso de um componente de saída acústico, contém regras fonéticas necessárias para alcançar um enunciado adequado. Para criar uma especificação contextual, o ouvinte tem de reconstruir todos os níveis de representação dentro da gramática com base na saída real da gramática, isto é, o enunciado fonético.

O NI representa as ações linguísticas do falante para conseguir seu objetivo comunicativo, cujo sequenciamento reflete a ordem das estratégias colocadas em prática. Trata, portanto, das distinções de formulação que pertencem à interação entre falante e ouvinte. Já o NR trata dos aspectos semânticos das unidades linguísticas, referentes ao modo como a língua se relaciona com o mundo extralinguístico que ela descreve. Esse nível é responsável pela designação de categorias semânticas e, assim como o interpessoal, é constituído por várias camadas.

Da mesma maneira que os níveis da formulação, os níveis da codificação são compostos por camadas hierárquicas. O NM lida com os aspectos estruturais da unidade linguística. Juntamente com o NF, cuida da codificação das distinções interpessoais e representacionais. O NF é responsável pelos aspectos de codificação não abrangidos no NM. Ele recebe o *input* dos três níveis e é, ele próprio, o *input* do componente de saída, que lida com frequência de formante, intensidade, duração e características de espectro.

Como já visto nas seções anteriores, o conceito de transparência aqui adotado é definido como a relação um-para-um entre um significado e uma forma. As estruturas que violam a transparência são denominadas não transparentes ou opacas.

Conforme aponta Leufkens (2015), a GDF tem se empenhado em definir esse conceito com mais precisão, delimitando o que exatamente são significados e formas. Para esse modelo teórico, “uma unidade de significado” é um primitivo (função, operador ou camada) de um dos dois níveis mais altos (NI e NR). Assim são unidades de significados para a GDF não só ilocuções e participantes, mas também funções, como a pragmática tópico e a semântica inativo (*undergoer*), que não são consideradas em outros estudos como unidades por si sós, mas como propriedades das unidades morfossintáticas.

Já a “unidade de forma” é um primitivo dos dois níveis mais baixos (NM e NF). São unidades de forma camadas (oração, sintagmas e palavras) bem como operadores e formas supletivas.⁵ Uma mesma unidade formal do NF pode conter outras unidades formais, como, por exemplo, uma frase fonológica, que pode incluir múltiplas palavras fonológicas.

⁵ Formas supletivas são introduzidas no NF e correspondem a operadores morfossintáticos. Como não são formas predizíveis a partir de um paradigma de lexema, têm que ser selecionadas de um paradigma supletivo (Hengeveld; Mackenzie 2008: 21).

As relações são transparentes na codificação quando é possível relacionar uma unidade de um nível mais alto a uma unidade de um nível mais baixo, o que se dá quando uma frase fonológica corresponde a um sintagma morfossintático, e cada palavra fonológica contida na frase fonológica corresponde a uma palavra morfossintática. Como se vê, a noção de transparência, para a GDF, ultrapassa os limites das relações entre forma e significado.

Dessa maneira, para a GDF, obtém-se transparência quando uma unidade de um dos dois níveis mais altos da organização linguística (NI e NR) corresponde a uma unidade de um dos dois níveis mais baixos da organização linguística (NM e NF), o que foi caracterizado, na seção anterior, como isomorfismo. No escopo dessa definição, inclui-se o fato de a transparência se referir à relação entre forma e significado, sendo, portanto, uma propriedade de interface e não de níveis específicos. É, portanto, uma propriedade da morfossintaxe e não apenas do léxico, como comumente é considerado por outras teorias.

Essa definição, no entanto, ainda é incompleta, visto que explica apenas a interface entre significado e forma. Na verdade, os quatro níveis da organização linguística interagem entre si, o que permite haver também interface de significado-significado e de forma-forma, conforme mencionado anteriormente. Há, então, seis interfaces entre os quatro níveis e suas combinações: NI-NR, NI-NM, NI-NF, NR-NM, NR-NF, NM-NF. A relação entre transparência e opacidade diz respeito às possíveis violações de pareamento um-para-um entre essas interfaces de um modo tal que a existência de opacidade resulta de divergências entre unidades nelas localizadas.

Considerando, portanto, a existência dessas divergências, ou não pareamentos, entre cada uma dessas interfaces, a definição de transparência pode ser assim reformulada: ocorre transparência quando uma unidade de um nível da organização linguística corresponde a uma unidade de qualquer outro nível da organização (Leufkens 2015). Essa definição identifica divergências entre outros tipos de unidades, como por exemplo, do NI e do NR, ou do NM e do NF como não transparentes ou opacas. É justamente porque uma divergência entre unidades da morfossintaxe e da fonologia não seria uma violação da relação um-para-um entre significado e forma que essa definição pode ser considerada muito mais abrangente e tipologicamente mais adequada que as geralmente compartilhadas pela literatura. Nesse caso, o princípio de transparência na GDF é uma redefinição do princípio de isomorfismo.

Além disso, a inclusão de tais divergências é uma vantagem por tornar possível resolver uma questão empírica crucial: as divergências significado-forma (NI/NR-NM/NF) diferem de outros tipos de não pareamento (NI-NR e NM-NF), ou é possível considerar todos os fenômenos de divergência como um grande grupo com uma única explicação? A possibilidade de observar todos os fenômenos de divergência em padrões distributionais translinguísticos é uma clara evidência de que esses fenômenos são todos similares, a despeito do tipo de interface em que estão localizados. Vale ressaltar ainda que as divergências entre os dois níveis mais altos e os dois mais baixos (NI/NR-NM/NF) não se encaixam no padrão comum a outros tipos de divergência, isto é, as divergências na interface entre NI-NR, por um lado, e entre NM-NF, por outro, mostram distribuição fundamentalmente diferente nas línguas.

Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (inédito) abraçam a hipótese de que a transparência é uma noção escalar e não um conceito binário, o que permite classificar as línguas em termos de diferentes graus de transparência, já que, presumivelmente, todas violam a transparência em algum ponto da morfossintaxe e do léxico. Consequentemente, a melhor maneira de tratar essa questão é propor um contínuo de línguas relativamente transparentes para línguas relativamente não transparentes.

De um ponto de vista metodológico, só é possível mensurar o grau de transparência mediante a consideração de traços não transparentes. Levar em conta os traços opacos e não os transparentes pode ser contraintuitivo, mas é, segundo a autora, uma técnica necessária diante da impossibilidade teórica de mensurar traços transparentes. Como, na maioria dos casos, o grau de transparência envolve a ausência de certos fenômenos, obviamente, não é possível mensurar o que não existe. Vejamos, a seguir, as categorias de opacidade postuladas pela autora.

Segundo Leufkens (2015), a ruptura da transparência envolve a violação de uma relação um-para-um entre os níveis, o que possibilita a existência de quatro relações logicamente possíveis: relações um-para-nulo, nulo-para-um, muitos-para-um e um-para-muitos. Esses quatro tipos identificam fenômenos não transparentes.

A relação **um-para-nulo** envolve argumentos subentendidos, operadores fonologicamente vazios e categorias vazias, isto é, elementos postulados como presentes na codificação, mas que não são audíveis ou visíveis na produção. Sua existência é frequentemente hipotética e apenas teoricamente motivada. É por isso que as teorias linguísticas divergem consideravelmente quanto à postulação ou não de elementos elididos.

Uma segunda categoria de relação não transparente é a de **nulo-para-um**. Esse tipo de relação inclui qualquer forma morfossintática ou fonológica não motivada ou relacionada a uma unidade de nível mais alto. Além de não serem acionadas por uma unidade pragmática ou semântica, tais formas resultam de regra ou processo especificamente morfossintático ou fonológico. Um exemplo clássico é o caso de sujeito vazio. Essa categoria abrange os casos que satisfazem a regra de manifestação morfossintática e fonológica de um sujeito em toda e qualquer sentença, mas que não envolvem uma categoria referencial **nem significado próprio**. A GDF define esse fenômeno como um sujeito morfossintático que não se relaciona a nenhum subato referencial no NI ou indivíduo no NR. Esse tipo de opacidade tem sido referido na literatura como um caso típico de ‘autonomia da sintaxe’, denominada na GDF de ‘forma baseada na forma’ (cf. Hengeveld 2011; Leufkens 2013).

Segundo Leufkens (2015), ‘formas baseadas na forma’ constituem casos prototípicos de traços com alto grau de sintaticidade ou fonologicidade por não disporem de qualquer contraparte pragmática ou semântica a motivá-los.

Um terceiro tipo de violação envolve relações **um-para-muitos**, em que se exprime uma unidade de significado por uma multiplicidade de formas. Nesse caso, uma das formas é redundante e desnecessária por não fornecer qualquer informação adicional; é por isso mesmo que esse tipo de violação de transparência é denominado *redundância*. A redundância obrigatória, frequentemente vista como automática, é uma operação puramente morfossintática com alto grau de sintaticidade, enquanto a redundância opcional tem motivações pragmáticas e semânticas.

A quarta categoria de opacidade consiste em relação de **muitos-para-um**, definida como a relação entre múltiplos significados e uma única forma linguística, comumente denominada *fusão* na literatura. O exemplo mais claro desse tipo de relação se assenta na chamada morfologia fusional, um tipo que envolve a expressão de diferentes significados convergindo numa única forma, como se dá em morfemas *portmanteau* , que, historicamente, no passado remoto ou recente, é uma unidade morfológica que resulta da fusão de diferentes morfemas distintos.

O **quinto tipo** de violação de transparência ocorre quando se viola o princípio de integridade de domínio. Segundo esse princípio, unidades que juntas pertencem ao NI ou ao NR devem ficar justapostas no NM (Hengeveld; Mackenzie 2008: 285). Da violação de integridade do domínio resultam unidades descontínuas; em razão disso, esse fenômeno se chama *descontinuidade* .

Em princípio, as relações de transparência e suas violações podem ocorrer entre qualquer pareamento de níveis: NI e NR; NI e NM; NI e NF; NR e NM; NR e NF e NM e NF. A perspectiva descendente da GDF permite, no entanto, agrupar as relações de acordo com o ponto final do processo, com base no fato de que o que passa para o NM é o resultado cumulativo dos níveis interpessoal e representacional, e o que passa para o NF é o resultado cumulativo dos níveis interpessoal, representacional e morfossintático. Esse princípio de organização permite postular, portanto, três grupos de relações: NI/NR; NI/NR e NM; NI/NR/NM e NF

Quanto à relação entre NI e NR há transparência quando um único ato de referência ou atribuição corresponde a uma única expressão de categoria semântica; em outras palavras, quando um único subato corresponde a uma única categoria semântica do NR. Quando isso não ocorre, há opacidade, categoria que consiste em uma relação **muitos-para-um** , o que define os fenômenos linguísticos de aposição e concordância.

A **aposição nominal** refere-se a construções em que há combinação de dois ou mais elementos nominais que se referem à mesma entidade. Segundo Keizer (2005), embora um dos elementos modifique o outro, a modificação não emprega um adjetivo, além de não haver elemento de ligação. Em termos de GDF, na aposição, dois subatos referenciais correspondem a uma única categoria semântica do NR, como em *Dilma Rousseff, presidenta do Brasil* .

A **concordância** é definida por Steele (1978: 610) como a covariação sistemática entre uma propriedade semântica ou formal de um elemento e a propriedade formal de outro. Para Hengeveld e Mackenzie (2008: 350), concordância (*agreement*) é um mecanismo pelo qual uma informação pertencente a um único elemento da oração é copiada para um ou outros elementos, podendo ser de dois tipos: concordância de argumento (por exemplo, entre sujeito e verbo) e concordância de operador (por exemplo, a harmonia negativa). Além disso, a concordância de argumento deve ser distinguida da referência cruzada (*cross-reference*), que ocorre quando a marcação de pessoa no verbo já é suficiente, mas pode opcionalmente ser expandida por um argumento lexical.

Leufkens (2015), por seu turno, distingue concordância oracional, i. e., entre um argumento obrigatoriamente expresso e sua marcação no predicado (como ocorre em francês), da referência cruzada, em que há dupla expressão de (propriedades de) argumento, com a possibilidade de argumento implícito. Leufkens (2015) acrescenta que, na referência cruzada, uma unidade semântica é expressa várias vezes, sempre mantendo o valor semântico. Essa autora considera como relação de um-para-dois entre o NI e o NR

apenas a concordância que ocorre no domínio da oração, ou seja, a referência cruzada. A concordância de número, de negação e de classe semântica ocorre entre o NR e o NM. Para a autora, a língua é opaca se dispuser tanto de concordância oracional (de argumento) quanto de referência cruzada. A língua é transparente se a expressão do argumento e a marcação do argumento no predicado forem mutuamente exclusivas. Por outro lado, se uma língua não tiver marcação separada da expressão do argumento, não haverá dupla expressão e o traço não se aplica. De qualquer maneira, a concordância é sempre não transparente por envolver uma relação de um-para-dois entre um referente e múltiplas unidades morfossintáticas com valor semântico.

Quanto à relação entre os NI/NR e NM, o alinhamento diz respeito ao modo como se exprimem unidades pragmáticas/semânticas na configuração morfossintática, situação que envolve relações gramaticais, descontinuidade de constituintes e alternância de radical morfologicamente condicionada.

A GDF reserva o termo “alinhamento” para a ordenação morfossintática não hierárquica de diferentes domínios: a oração, o sintagma e a palavra. Na oração há um alinhamento não hierárquico entre o predicado e seus argumentos. Diferentes tipos de funções argumentais são relevantes em diferentes línguas. Em línguas, como o tagalog,⁶ a expressão morfossintática de argumentos é dependente da função pragmática Tópico.

Já num sistema de alinhamento dependente de funções semânticas, como o acehnese,⁷ a função semântica “ativo” (*actor*) é sempre expressa por um proclítico e a função “inativo” (*undergoer*), pelo enclítico =*geuh*, independentemente da relação gramatical de sujeito que exprimem (Hengeveld; Leufkens inédito). O alinhamento gramatical torna-se não transparente justamente quando a unidade pragmática/semântica recebe diferentes expressões a depender da configuração sintática, como ocorre em português e em inglês, em que se neutraliza a distinção entre ativo e inativo na aplicação da relação gramatical sujeito.

Já o fenômeno de **descontinuidade** inclui violações do princípio de integridade de domínio, de que resultam unidades morfossintáticas ou fonológicas incompletas ou fragmentadas, que não podem ser usadas independentemente, em função de requererem a presença de outras unidades.

Um exemplo de descontinuidade ocorre quando um constituinte modificador é exposto separadamente de seu núcleo. Se o modificador (sintagma ou oração) vai para o final de uma sentença, o fenômeno é denominado **extraposição**, que é comumente o resultado do princípio morfossintático que leva constituintes mais complexos para o final de sentença e constituintes simples para o início.

Na **extração**, um processo complementar de extraposição, o modificador, que aparece à esquerda de seu núcleo, é usualmente o resultado de um princípio pragmático, que leva constituintes para o início da sentença, comumente denominado topicalização.

O **alçamento** de argumentos, também um caso de descontinuidade, ocorre quando um argumento semanticamente pertencente a uma oração subordinada se comporta sintaticamente como um argumento da oração principal. Nos termos da GDF, alçamento nada mais é do que o resultado da atribuição da função pragmática Tópico a um argumento da oração subordinada.

⁶ O *tagalog*, *tagaló* ou *pilipino*, também conhecido como *filipino*, é um dos principais idiomas falados na República das Filipinas.

⁷ O *acehnese*, *achém*, *achinês* ou *atjé* é uma língua austronésia falada no território de Achém, na ilha de Sumatra, Indonésia.

Nos processos de **fusão** morfofonológica, por outro lado, não se respeitam os limites entre as formas em virtude de se exprimirem dois ou mais traços de significado em uma única forma fundida. Constitui, portanto, um aspecto não transparente das línguas. Um tipo característico de fusão é a expressão simultânea de múltiplos significados gramaticais, como em português *apagou*, em que o morfema *-ou* acumula as noções de indicativo, passado, perfectivo, terceira pessoa e singular.

Nas **formas supletivas** , o radical pode dispor de muitas formas, por definição não derivadas uma da outra. A forma escolhida depende da informação a ser codificada, como por exemplo, em português que mostra flexibilidade em formas como *ser – fui – é; ir – foi – vou*.

Na **formação irregular de radical** , a informação gramatical é codificada por meio de uma adaptação da forma do radical, como em *bom – bem*. Na **alteração morfofonologicamente condicionada** , um radical é fonologicamente afetado pela presença de um afixo específico ou conjunto de afixos, como em *trazer - trago* (pres) - *trouxe* (pret.) – *trarei/traria* (fut).

A presença ou ausência de alteração de radical morfofonologicamente condicionada está diretamente relacionada ao tipo morfológico da língua: em línguas isolantes não é uma opção, em línguas aglutinantes, é limitada; já línguas fusionais são por definição não transparentes com respeito a esse traço.

Na relação entre os níveis interpessoal/representacional/morfossintático e fonológico, a ausência de paralelismo entre os níveis concerne à interface morfossintaxe e fonologia. A transparência implica pareamento entre unidades desses níveis.

Numa língua transparente quanto a esse pareamento, como o acehnese (Durie, 1985: 29-30, apud Hengeveld; Leufkens, inédito: 12-28), todo lexema corresponde a uma palavra fonológica e todo sintagma morfofonológico corresponde a um sintagma fonológico. Palavras fonológicas em acehnese se caracterizam pelo fato de terem uma posição de acento em final de palavra, que é realizada quando ela é a palavra acentuada no sintagma. Sintagmas fonológicos, por sua vez, se caracterizam por conterem uma única palavra acentuada e poderem ser separados de outros sintagmas por pausa (Hengeveld; Leufkens, inédito: 12-28).

Dentro do NM e do NF ocorre uma diversidade de operações que adicionam elementos ou traços às estruturas construídas com base no material originado nos níveis mais altos. Como essas operações não têm contraparte interpessoal ou representacional, dispõem de uma forma, mas não de um significado, o que contribui para a opacidade.

Uma das operações que ocorrem em certas línguas dentro do NM é a inserção de elementos vazios, que ocupam posições preenchidas sem, no entanto, alinharem-se com traços disponíveis provindos dos NI ou NR. Línguas transparentes não dispõem de preenchedores, ou seja, expletivos nominais ou verbais. Segundo Hengeveld (1992), os verbais têm geralmente motivação funcional por veicularem especificações de TMA (tempo, modo e aspecto), que, em algumas línguas, não podem ser expressas diretamente em predicados não-verbais, como o português, que necessita da cópula verbal em construções com predicado nominal: *Ela é muito atraente*. Já os expletivos nominais são desencadeados puramente por exigências sintáticas da língua para preencher a posição de sujeito ou de objeto.

As línguas podem dispor de dois modos, fundamentalmente distintos, de exprimir gênero em seu léxico nominal. No primeiro caso, em que é o significado de um nome que determina seu gênero, o sistema de gênero é semanticamente motivado. Como apontam Hengeveld e Leufkens (inédito), em bininj gun-wok, a adição de diferentes marcadores ao lexema *gohbanj* ‘velho’ leva a diferentes interpretações de gênero: o masculino *na-gohbanj*, o feminino *al-gohbanj*, e vegetal *an-gohbanj*. No segundo caso, o gênero de um nome é arbitrário, e o sistema de gênero é puramente morfossintático. Assim, em português, *mesa* é do gênero feminino e *livro*, do masculino.

Os casos de concordância no sintagma estão fortemente relacionados ao gênero, especialmente porque essa categoria frequentemente desencadeia processos de concordância. O termo *concordância no sintagma* designa, portanto, a operação em que “um traço de um nome é copiado para outros elementos do sintagma nominal” (Hengeveld; Leufkens inédito), como mostram *a mesa redonda*, *o mar revolto* em português. Na GDF, a concordância é tratada como um procedimento em que um traço de um constituinte é copiado em outro, uma operação que ocorre tipicamente no NM.

Por outro lado, a concordância na oração, um fenômeno relativamente raro, distingue-se claramente de referência cruzada, já que a sentença contém um marcador de pessoa no sujeito e um pronome pessoal livre, e a não expressão do pronome pessoal resulta numa sentença agramatical. De acordo com os autores, é, portanto, um caso de concordância sintática, uma vez que o sufixo verbal duplica uma informação contida no pronome livre obrigatório, e a marcação do sujeito no verbo consiste apenas num fenômeno de cópia, que não contribui para o significado da sentença, como ocorre no holandês.

Passando agora para o NF, pode-se reiterar a ocorrência de uma grande quantidade de operações que adicionam elementos ou traços a estruturas construídas com base em material vindo de componentes mais altos. Essas operações de adição ocorrem quando a aplicação de regras fonológicas serve para adaptar um fonema subjacente ao seu ambiente superficial. São os fenômenos de assimilação nasal, como o do quéchua⁸ em (1), de ditongação do espanhol/português em (2), de desvozeamento final do holandês em (3) e de harmonia vocálica do turco em (4) (Hengeveld; Leufkens inédito):

- (1) *tayta-n=paq* ‘pai-3.POSS=PURP’ ‘para seu pai’ → *taytampaq*
- (2) *dorm-ir* dorm-INF *duerme* ‘dorm-PRS.3.SG’/*cab-er* ‘cab-INF’ *coube* ‘cab-PASS.3.SG’
- (3) *rod-e* ‘vermelho-COMM’ [ro:də] → *rood* ‘vermelho’ [ro:t]
- (4) *gel-miş* ‘vir-RES’, *gör-müş* ‘ver-RES’

Em todos esses casos, obscurece-se a relação um-para-um entre significado e forma, uma vez que o significado expresso pelos morfemas recebe uma manifestação formal que depende do contexto de ocorrência. As operações responsáveis por esse fenômeno situam-se no NF, lugar em que se decide a estruturação das cadeias morfossintáticas.

⁸ O *quéchua* (*qhichwa simi* ou *runa simi*), também chamado de *quéchua*, é uma importante família de línguas indígenas da América do Sul, ainda hoje falada por cerca de dez milhões de pessoas de diversos grupos étnicos da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru ao longo dos Andes. Há vários dialetos inteligíveis entre si. É uma das línguas oficiais de Bolívia, Peru e Equador.

Considerações finais

Hoje, na linguística, é um truísmo dizer que as línguas são relações entre forma e significado, mas não o é da mesma forma afirmar que essas relações são consistentemente biunívocas, já que, como visto anteriormente, se, por um lado, relações de transparência entre forma e significado são constantemente violadas, por outro, as línguas podem dispor também de categorias e regras destituídas de qualquer motivação semântica ou pragmática.

Não é possível, portanto, falar em língua transparente e língua opaca em um sentido absoluto, considerando que os estudos tipológicos (Hengeveld 2011) mostram que as línguas diferem em graus de transparência. Línguas resultantes de contato, por exemplo, mostram-se relativamente mais transparentes (Leufkens 2013), enquanto línguas já mais solidamente constituídas mostram-se mais opacas. Essa distribuição sugere a existência de um padrão diacrônico segundo o qual as línguas começam transparentes e aos poucos vão adquirindo opacidade.

Em função dessa escalaridade, não é aleatória a distribuição de traços opacos. Com efeito, mesmo as línguas mais tipicamente transparentes apresentam algum traço não transparente em sua fonologia. Os traços opacos, entretanto, atestados em línguas altamente transparentes, são todos casos de redundância, ou seja, uma única unidade semântica recebe mais expressão morfossintática do que o necessário.

Não se pode descartar ainda, nesse âmbito, a relação entre graus de transparência e opacidade e a natureza tipológica das línguas. Línguas fusionais exibem grau mais elevado de opacidade, enquanto línguas isolantes e polissintéticas, grau mais elevado de transparência; no meio, as aglutinativas, ora mais transparentes, ora mais opacas (Hengeveld; Leufkens inédito).

A relação de transparência é preferível não apenas da perspectiva da comunicação e da informação, mas também da perspectiva da aquisição, com base no fato de que estruturas transparentes são mais fáceis de se adquirir que as não transparentes. É por isso que as crianças desenvolvem a gramática a partir de estruturas transparentes e só mais tarde incorporam as estruturas tipicamente não transparentes (Slobin 1977).

Que razões, então, haveria para uma língua mudar sua trajetória, partindo de um ponto aparentemente mais transparente em relação aos elos de correspondência simbólica entre forma e significado (Croft 2003; Croft; Cruse 2004), em direção a um ponto do destino, pelo menos aparentemente, menos transparente?

Uma resposta fornecida por Leufkens (2015) é a de que certas línguas desenvolvem estruturas altamente sintaticizadas e, portanto, regulares, ainda que esse traço seja uma desvantagem para o processamento cognitivo e, portanto, para o próprio processo de aquisição. Argumentaríamos contra essa posição da autora, defendendo que a regularização acaba mesmo por tornar mais transparente a relação entre unidades formais e unidades de significado, ao uniformizar, por assim dizer, as diferentes formas em competição, eliminando a variação disponível que elas suscitam, como se observa na série paradigmática *saber/soube/sabi*.

Acrescentamos ainda o argumento de que esse procedimento nada mais faz senão otimizar a relação entre forma e significado (Langacker 1977). Como a mudança sempre provoca algum grau de otimidade de uma categoria à custa de outras, é possível que uma língua prefira sacrificar complexidade em favor de simplicidade na preservação das relações de transparência.

Referências

- Bybee, Joan L. (1985). *Morphology. A study of the relation between meaning and form*. Amsterdam: John Benjamins.
- Croft, William (2003). *Typology and Universals*. 2nd edition. Cambridge: Cambridge University Press.
- Croft, William; Cruse, Alan (2004). *Cognitive linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Du Bois, John (1985). Competing motivations. In John Haiman (ed.). *Iconicity in syntax*, pp. 43-65. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Dik, Simon (1997a). *The theory of functional grammar. Part I: The structure of the clause*. Ed. by Kees Hengeveld. Berlin/Nova Iorque: Mouton de Gruyter.
- Dik, Simon (1997b). *The theory of functional grammar. Part II: Complex and derived constructions*. Ed. by Kees Hengeveld. Berlin/Nova Iorque: Mouton de Gruyter.
- Givón, T. (1985). Iconicity, isomorphism and nonarbitrary coding in syntax. In Jon Haiman (ed.). *Iconicity in syntax*, pp. 187-219. Amsterdam: John Benjamins.
- Goldberg, Adele E. (1995). *Constructions: A construction grammar approach to argument*. Chicago: University of Chicago Press.
- Greenberg, Joseph H. (1966). Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In Joseph Greenberg (ed.). *Universals of language*, pp. 73-113. Cambridge, MA: MIT Press.
- Haiman, John (1980). The iconicity of grammar: isomorphism and motivation. *Language*. 56 (3): 515-540.
- Haiman, John (1985). *Natural syntax. Iconicity and erosion*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Haspelmath, Martin (2008). Frequency vs. iconicity in explaining grammatical asymmetries. *Cognitive Linguistics* 19: 1-33.
- Hengeveld, Kees (1992). *Non-verbal predication: theory, typology, diachrony*. (Functional Grammar series 15). Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- Hengeveld, Kees (2011) Introduction: Transparency in functional discourse grammar. *Linguistics in Amsterdam*. (Special issue: Transparency in Functional Discourse Grammar) 4(2): 1-22.
- Hengeveld, Kees; Mackenzie, John Lachlan (2008) *Functional discourse grammar. A typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press.
- Hengeveld, Kees; Leufkens, Sterre (inédito). *Transparent and non-transparent languages*. Amsterdam Center for Language and Communication.
- Itkonen, Esa (2004). Typological explanation and iconicity. *Logos and Language V* (1): 21-33.
- Langacker, Ronald W. (1977). Syntactic reanalysis. In Charles Li (ed.). *Mechanisms of syntactic change*, pp. 56-139. Austin: University of Texas Press.
- Leufkens, Sterre (2013). The transparency of creoles. *Journal of Pidgin and Creole Languages* 28(2): 323-362.
- Leufkens, Sterre (2015). *The transparency in language: a typological study* (Tese de Doutorado). (Inédita) Universidade de Amsterdã. Utrecht: LOT Publications.

Lightfoot, David (1979). *Principles of diachronic syntax*. Cambridge: Cambridge University Press.

Moura, Heronides (2015) *A linguagem não é transparente: um estudo sobre a relação entre forma e sentido*. (Tese de Professor Titular). Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina.

Saussure, Ferdinand de (1977[1916]). *Curso de linguística geral*. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix.

Recebido: 19/5/2017

Revisto: 27/8/2017

Aceito: 29/8/2017.